

## Rio



**FEMINICÍDIO**  
Mulher é morta a golpes de vassoura

Segundo a polícia, o ex-companheiro confessou o assassinato da jovem



POSSA  
ACREDITAR  
O QUE  
VIRAR  
POSSA  
O QUE  
VIRAR

# LIÇÕES DO PASSADO

## Como moradias provisórias criadas nos anos 1960 viraram favelas permanentes

CARMELLO DIAS E WALTER FARIAS  
gnt@globo.com

A tragédia sem precedentes que atingiu o Rio Grande do Sul e deixou mais de 70 mil desabrigados levou o governo gaúcho a propor a construção de quatro "cidades provisórias", oficialmente batizadas como Centros de Acolhimento Humanitário. Anunciada em 17 de maio, a medida tem como foco garantir um teto para quem está em abrigos improvisados e ainda não tem para onde ir. A solução suscitou debates, ponderações e críticas. Uma das principais preocupações é que o temporário se torne permanente. Neste aspecto, a experiência do Rio de Janeiro — embora em contextos bem diferentes — pode servir, no mínimo, de alerta.

Na década de 1960, Carlos Lacerda, o então governador da Guanabara, deu início a um programa de remoção de favelas, principalmente as localizadas nas zonas Sul e Norte da cidade. A ideia era que as famílias removidas fossem levadas para conjuntos habitacionais, geralmente distantes, boa parte na Zona Oeste. O apartamento nesses conjuntos seria financiado pela Companhia de Habitação (Cohab). Aos que não possuíam renda suficiente para arcar com as prestações, a solução apresentada foi a criação dos Centros de Habitação Provisória (CHP). Em alguns casos, porém, o que era para ser transitório se mostrou duradouro.

### SEM ESTRUTURA

A Favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, é um exemplo mais emblemático de CHP que perdurou. Não muito longe dali, em Mangueiras, o CHP conservou até hoje a sigla que remete à época de sua criação. Retiradas das locais onde haviam estabelecido suas vidas, as famílias removidas para esses centros enfrentaram os desafios de reconstruir seus laços de convivência e conviver com um local onde a infraestrutura — de transporte, abastecimento de água, energia elétrica e das próprias casas oferecidas — era quase sempre precária.

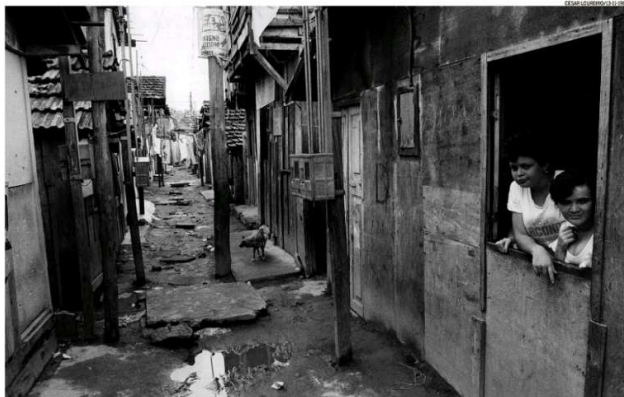
— Quando cheguei, no início dos anos 1970, a Nova Holanda ainda estava configurada como provisória, mas o projeto inicial já estava desconfigurado. Essa política de habitações provisórias é preocupante — diz Eliana Sousa Silva, diretora da Redes da Maré.

"Os barracos estavam caindo aos pedaços, mas as pessoas não faziam reforma porque acreditavam que um dia alguém ia tirar elas dali".

Eliana Silva, diretora da Redes da Maré

"Com o passar do tempo caiu a ficha de que aquele provisório, na verdade, era permanente e que em cada um por si e Deus por todos".

Eliana Cristina da Silveira Jorge, que foi morar na Nova Holanda na adolescência



**Previdência:** Sem qualquer infraestrutura, barraco desaba em uma parte da favela Nova Holanda cheia de palafitas



**Esperança:** As irmãs Eliana e Regina foram para a Nova Holanda ainda adolescentes

que um dia alguém ia tirar elas dali. Essa era a lógica, um sentimento de que aquilo era transitório — lembra Eliana. O livro "Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda", de Edson Diniz, Marcelo Castro Belfort e Paula Ribeiro, conta que entre 1962 e 1970 o local recebeu moradores da Favela do Esqueleto, do Morro da Formiga, do Morro do Querosene, da Praia do Pinto e de Macedo Sobrinho. — Quando os moradores

percebem que o modelo falhou, eles passam a se organizar porque o poder público se ausenta, o esgoto invade o barraco, a rua está alagada, falta água, não tem luz para todo mundo, não tem saúde... Então, surge mesmo essa necessidade de organização — explica Edson Diniz, que morou por 40 anos na Maré.

Outro autor do livro, o professor Marcelo Belfort também viveu na Nova Holanda. Quando tinha 4 anos, em

pois para um lugar melhor, mas isso nunca aconteceu. Com o passar do tempo, caiu a ficha de que aquele provisório, na verdade, era permanente e que era cada um por si e Deus por todos — diz Eliana Cristina.

### CIDADÃO COM IDENTIFICAÇÃO

Para Marcela Abila, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio (IAB-RJ), é preciso pensar na estrutura do entorno:

— Quando se fala em moradias provisórias, deve-se sempre destacar que elas têm que surgir integradas com a cidade. Com transporte, estrutura, pensar no local onde será construído. No caso do Rio Grande do Sul, é preciso ver se as moradias não estarão em lugares passíveis de reincidência (de cheias).

O IAB gaúcho acompanha de perto a proposta das "cidades provisórias".

— A história do urbanismo do Brasil nos traz exemplos de que a população pobre sempre acaba ficando desatendida de provisão de infraestrutura, de uma qualidade de vida urbana que promova uma moradia digna. É preciso atenção para que isso não seja um grande projeto de gentrificação, de limpeza social e racial — diz Clarice Misocsky de Oliveira, professora do PROUR-UFRS e copresidente do IAB RS.

Em nota, o governo gaúcho informa que a construção dos Centros de Acolhimento Humanitário foi inicialmente oferecida "para quatro municípios (Canoas, Porto Alegre, São Leopoldo e Guaiabá) que reúnem 67% da população desabrigada pelas enchentes" e que cada Centro deverá receber, "no máximo, mil pessoas". A previsão é que a montagem dos Centros ocorra daqui a "cerca de 20 dias".

\* Estagiário sob supervisão de Giampaolo Morgado Braga

Nova Holanda. Favela que fica no Complexo da Maré, surgiu como um Centro de Habitação Provisória, na década de 1960